

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Cávado Idisponibilizava sessões de psicoterapia de grupo a dezenas de utentes. Esta era uma iniciativa positiva que marca a capacidade de diferenciação e de aproximação às populações e às suas necessidades por parte dos cuidados de saúde primários.

Esta terapia de grupo decorria em sessões semanais, com a duração de uma hora e meia, tendo lugar numa sala com condições acústicas específicas e que assegurava a necessária privacidade, na Unidade Cuidados na Comunidade Assucena Lopes Teixeira, em Braga.

No final de julho, a terapeuta terá indicado às e aos utentes que o tratamento seria interrompido até setembro, altura em que seria retomado, na unidade de saúde Paulo Orósio, também em Braga. Entretanto, os meses passaram e as sessões não foram retomadas nem os utentes foram contactados.

Após diversas diligências junto do ACES, os e as utentes terão ficado a saber que a psicóloga responsável por esta terapia de grupo já não exerce funções naquela unidade de saúde.

Independentemente dos motivos que possam ter levado à saída da terapeuta da unidade, não é adequado que uma terapia em curso seja interrompida e muito menos se pode aceitar que os/as utentes não sejam informados/as desta substancial alteração na sua terapia. Estas pessoas encontravam-se em terapia semanal, tendo esta sido abruptamente interrompida e, quatro meses depois, continuam ainda sem o devido acompanhamento. Esta situação é desadequada e não deve acontecer.

O Bloco de Esquerda considera essencial que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) seja dotado os meios financeiros e dos profissionais necessários para fazer face às necessidades. Os cuidados de saúde na área da saúde mental constituem um dos principais desafios a travar pelo SNS; nesta área, os cuidados de saúde primários revestem-se de uma importância imensa, devido à sua proximidade com as populações e à possibilidade de mais atempadamente

poderem prestar os cuidados necessários. É necessário perceber o que falhou nesta situação, de modo a que tal não volte a suceder, e assegurar com urgência o devido atendimento às pessoas que se encontravam nesta psicoterapia de grupo.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento desta situação?
2. O ACES Cávado I reconhece que é desadequado interromper uma terapia que se encontra em curso?
3. Como se explica que os e as utentes que estavam a frequentar esta psicoterapia não tenham sido formalmente informados/as da cessação das sessões?
4. Por que motivo meses após a interrupção das sessões, os e as utentes ainda não estão a ser acompanhados/as em psicoterapia individual? Quando se prevê que tal suceda?
5. O ACES Cávado I pretende retomar as sessões de psicoterapia de grupo?
6. Quantos psicólogos/as exercem funções neste ACES? Quantos/as seriam necessários/as para suprir as necessidades da população?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2019

Deputado(a)s

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)